

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal da Tarde*

Class.: 19

Data: 02.12.83

Pg.:

### Cals pressiona.

## Para beneficiar a Stannun.

O ministro das Minas e Energia, César Cals, pressionou a Funai para que uma empresa de mineração pudesse realizar pesquisa e lavra de ouro dentro da reserva indígena Kayapó, no Pará, apesar da oposição manifestada pela Fundação Nacional do Índio, endossada pelo Ministério do Interior. A empresa Stannun, é controlada por José Lino Cypriano, genro do general Oziel de Almeida, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia.

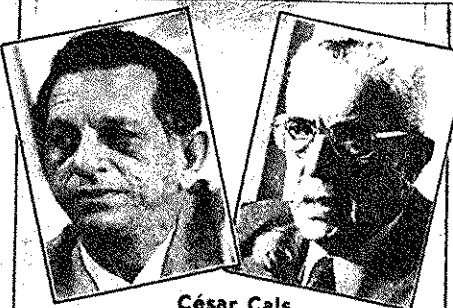
Apesar de a Funai ter proibido a empresa de penetrar na área indígena e ter pedido ao DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral) para cancelar os alvarás concedidos à Stannun, além de ter ingressado na Justiça para cancelar um contrato irregular feito com o cacique Pombo, em duas ocasiões o Ministério das Minas e Energia fez forte pressão para que o Ministério do Interior obrigasse a Funai a deixar de combater o ingresso da empresa na área. Mas a Funai resistiu às pressões e até hoje não deu a autorização para a pesquisa e a lavra de ouro dentro da reserva. A Stannun, porém, continua insistindo e o processo, em termos administrativos, ainda não foi decidido.

José Lino Cypriano, geólogo, genro do general Oziel Almeida e acusado de tráfico de influência, fundou a Stannun - Empreendimentos Mineraiis Ltda., em 1979, em Brasília. No ano seguinte, adquiriu seis alvarás de pesquisa que outra empresa, a Espeng, havia obtido do DNPM em 1978, além de 11 processos de requerimento de alvarás de pesquisa. De posse desses alvarás, a Stannun fez um acordo com outra empresa, a Shelita - Serviços de Mineração Ltda., para explorarem em conjunto a mineração de ouro numa área de 10 mil hectares situada em Rio Branco, Município de São Felix do Xingu, no Pará. A Shelita financiaria todas as despesas e a Stannun garantiria a tramitação dos processos junto ao DNPM e a obtenção da lavra definitiva. E receberia 40% da renda líquida por esses serviços.

#### Jagunços

No final de 1980, a Stannun contratou 43 homens em Redenção, no Sul do Pará, e armou-os com dez revólveres, 15 espingardas, 12 carabinas e 33 caixas de bala para que, chefiados por Alcebiades Carvalho Santos, um ex-sertanista da Funai, penetrassem no Rio Branco e expulsassem todos os garimpeiros, quase 800, que ali se instalaram atraídos pela descoberta de uma pepita de ouro de 11 quilos. A ordem era usar a violência, se necessário, mas os garimpeiros se retiraram pacificamente ao verificar que a empresa possuía um alvará de pesquisa do DNPM e um ato declaratório que autorizava a Stannun a comercializar ouro.

Montada a base de operações em Rio Branco, José Lino Cypriano esteve no garimpo três vezes, a partir de janeiro de 1981. Numa delas — segundo o depoimento prestado pelo ex-sertanista Alcebiades Carvalho Santos à Polícia Federal — foi acompanhado do coronel Gaia, do Exército, que traba-



César Cals tentou, sem sucesso, beneficiar o genro de seu subordinado: o general Oziel.

lhava com o general Golbery do Couto e Silva, então na chefia do Gabinete Civil da Presidência da República.

Os representantes da Stannun começaram a vender carteirinhas para pessoas que estivessem dispostas a pagar cinco mil cruzeiros por cada carteirinha, recebendo autorização para entrar no garimpo, onde todas as atividades eram controladas pela empresa. Só no dia 26 de dezembro de 1980, quando já atuava no garimpo, é que José Lino Cypriano pediu à Funai autorização para realizar pesquisas geológicas nas áreas dos três alvarás (total de quase 25 mil hectares), ressaltando que só então reconheceria ter invadido uma reserva indígena.

Mas o chefe da Divisão Fundiária da Funai, Orival Prazeres, opinou pelo indeferimento do pedido da Stannun, alegando que a empresa estava no interior da reserva Kayapó, e que a portaria interministerial 006, assinada pelos ministros Mário Andreazza e César Cals, havia restringido às empresas estatais "as atividades de mineração em terras indígenas". Além de comunicar à empresa sobre o indeferimento, o então presidente da Funai, João Carlos Nobre da Veiga, pediu ao DNPM para cancelar os alvarás de pesquisa, porque eles haviam sido concedidos sem consulta à Funai.

#### Oziel

Enquanto tomava essas providências, em Brasília, a Funai pedia a ajuda da Polícia Federal para retirar os garimpeiros do interior da reserva indígena por causa da tensão que se criou entre os Kayapó. Por causa dos atritos que estavam ocorrendo no garimpo, a Polícia Militar expediu ordem de prisão contra Alcebiades Santos, representante da Stannun na área. De Brasília, José Lino Cypriano entrou em contato com seu sogro, o general Oziel Almeida, que nessa ocasião estava de passagem por Belém. O presidente do Conselho Nacional do Petróleo intercedeu junto ao então governador do Estado, Alacid Nunes, de quem era hóspede, conseguindo o cancelamento da ordem de prisão, segundo o depoimento que o próprio ex-sertanista prestou à Polícia Federal, em abril, após a ação da PF, no garimpo.

A 5 de setembro, apesar da posição contrária da Funai e da instauração de inquérito na Polícia Federal contra os invasores da reserva indígena, o ministro interino das Minas e Energia, Arnaldo

Barbalho, oficiou ao ministro Mário Andreazza, pedindo-lhe para fazer gestões junto à Funai "no sentido de viabilizar a continuidade dos trabalhos de pesquisas geológicas na área concedida à Stannun". Solicitava "providências junto à Funai no sentido de que esta entidade se possa abster de promover atos que venham a impedir a continuidade dos trabalhos de pesquisa" da Stannun.

#### Mais pressões

A 3 de dezembro, o ministro César Cals repetiu o mesmo aviso de seu substituto, Arnaldo Barbalho, endereçado ao ministro Mário Andreazza, para obrigar a Funai a se abster "de promover atos que venham a impedir a continuidade dos trabalhos de pesquisa" da Stannun. No dia 15, o novo presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, respondeu que, "no que pesem as pressões incômodas que temos sofrido por parte da Stannun — Empreendimentos Mineraiis Ltda., e às quais não cedemos, faremos cumprir a legislação pertinente". Reforçava o ponto de vista de que a Funai não havia autorizado a penetração da empresa em área indígena e não concordava com sua permanência na reserva. A 12 de janeiro do ano passado, o ministro Mário Andreazza comunicava a César Cals que, diante da posição firme da Funai, a Stannun estava impossibilitada de continuar na área Kayapó.

Mas, em junho, José Lino Cypriano tentou sensibilizar o Conselho de Segurança Nacional, em ofício encaminhado no dia 17, para obter a autorização. O Conselho, porém, negou-se a atendê-lo por considerar que não tinha ingerência sobre a área. A empresa voltou a pressionar, através do Ministério do Interior, mas, a 23 de julho, o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, declarou continuar com a mesma definição, "em que pesem as pressões que algumas empresas tentam levar a termo, olvidando os valores mais altos que lapidamos, em detrimento de enfoques de cunho econômico-financeiro dos quais se revestem".

Em março deste ano, a Stannun voltou à carga: denunciou à Funai que 550 garimpeiros, aproveitando-se da "demora de solução" ao seu pedido (que a Funai considerava decidido), estavam invadindo a área do alvará de pesquisa concedido pelo DNPM, causando problemas. Uma equipe da Funai, do DNPM e do SNI foi à área e constatou que realmente havia 1.750 homens extraído ouro (provavelmente cem quilos por mês) dentro da reserva, mas através de acordo com o cacique Pombo. A própria Stannun, em 1981, havia feito um contrato semelhante para a lavra de ouro, considerado nulo pela Funai, que entrou com uma ação na Justiça pedindo a anulação e acusando a empresa de má fé.

A posição atual da Funai é de retirar todos os garimpeiros e assumir o controle da área, não permitindo novas invasões. Mas a Stannun continua pressionando para obter a autorização. Acredita-se que haja pelo menos quatro toneladas de ouro na área que a empresa requereu do DNPM.